

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**PROPOSIÇÕES DA ABG-PA ENCAMINHADAS ÀS REUNIÕES DE AVALIAÇÃO DO PLANO
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PORTO ALEGRE**

*Heinrich Hasenack, Helena Mello
Boletim Gaúcho de Geografia, 14: 97-98, jul., 1986.*

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37966/24461>

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jul., 1986

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

Of. nº 102/86

Porto Alegre, 02 de maio de 1986.

Ilmo. Sr.

Dr. GERALDO BROCHADO DA ROCHA

M.D. Secretário do Planejamento Municipal de Porto Alegre

Senhor Secretário:

Com base no objetivo primordial do PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PORTO ALEGRE (1º PDDU) de melhorar a qualidade de vida no município de Porto Alegre, a Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre - sugere:

1. Nas áreas de expansão urbana:

1.1. Reservar áreas relativamente grandes (como o Parque Farroupilha) como mata nativa, para a implantação de parques urbanos, tendo em vista a importância que estas áreas arborizadas têm na refrigeração e purificação do ar urbano e no lazer. Como constata-se, o Parque Farroupilha gera circulação do ar, conduzindo, à noite, ar fresco e limpo para as áreas edificadas circunvizinhas; o mesmo não acontece com áreas próximas a praças de tamanho pequeno e vegetação arbórea reduzida.

1.1.1. Preservar arroios e, especialmente, suas cabeceiras (geralmente recobertas por matas), para proteção e controle eventual de vazão.

1.1.2. Evitar, nas áreas vizinhas aos parques, edificações que se estendam por toda a largura do terreno, para permitir maior alcance do ar refrigerado e purificado oriundo dos parques.

1.2. Estudar o traçado do arruamento para que não seja concorrente com a direção predominante dos ventos, sob pena de haver excesso de ventilação em algumas ruas e deficiência em outras.

1.2.1. Deixar a cargo da Prefeitura o planejamento do traçado do arruamento em áreas localizadas nas vertentes de minibacias hidrográficas. O mesmo deverá ser feito de forma global, com base em critérios científicos (sem levar em conta o parcelamento do solo existente ou pretendido), para minimizar problemas, tais como erosão, enxurrada, colmatagem de arroios, enchentes e, conseqüentemente, minimizar, também, despesas com obras de infraestrutura.

1.3. Instituir um benefício fiscal para projetos de construção em áreas cujo relevo e vegetação natural não estejam modificados, e que, por sua vez, estejam adequados à paisagem natural sem modificá-la na sua essência; isso diminuirá a concentração de concreto na área urbana e, indiretamente, evitará a alteração das glebas, pois estas terão melhor cotação no mercado imobiliário do que outras que, por exemplo, já sofreram terraplanagem e/ou desmatamento.

2. Nas áreas urbanas:

2.1. A arborização das ruas deverá ser feita com espécies:

- cujas folhas sejam caducas, para possibilitar a insolação no inverno, e que sejam pequenas e de fácil decomposição para não danificar o esgoto pluvial;
- cujo sistema radicular não danifique as calçadas nem os prédios;
- diversificadas, favorecendo o estabelecimento de uma avifauna também diversificada.

2.2. A redução da temperatura, que se torna imperiosa no verão, pode ser obtida através:

- da construção de pequenas marquises, cuja largura dependerá da latitude do local e orientação do prédio, que permitirão a entrada dos raios solares pelas aberturas apenas no inverno. Indiretamente, a temperatura nas ruas diminuirá pela redução do uso de aparelhos de ar refrigerado, com decréscimo na emissão de ar quente para o exterior;
- obrigatoriedade de canteiros contínuos ao longo das calçadas (cerca de 1/3 das mesmas), pelo menos gramados, diminuindo a área coberta com material de alta absorção de calor e facilitando a drenagem nos dias de chuva;
- da utilização de gramado nos parques de estacionamento, sem cobertura, apenas com caminhos de laje (ou similar) para o deslocamento dos veículos, ao invés de um revestimento contínuo de asfalto (comumente usado) que, além de aquecer o ambiente, prejudica o desenvolvimento das árvores plantadas com finalidade de sombreamento e impede a infiltração da água da chuva.
- da abolição de pavimentação asfáltica das ruas, pelo motivo já citado anteriormente, utilizando, em substituição, material com menor capacidade de absorção de calor e com certa permeabilidade, que permita a infiltração de parte da chuva, diminuindo a carga na rede de esgoto pluvial.

3. Na elaboração, planejamento e/ou avaliação de projetos urbanos desta Secretaria incluir geógrafos para complementar as equipes multidisciplinares existentes.

Sem mais para o momento, subscrevemos-nos.

Atenciosamente,

NEIVA OTERO SCHÄFFER
Diretora AGB-PA